

Situação atual do acordo comercial Mercosul–União Europeia e o Brasil

Miriam Gomes Saraiva
Ana Paula Marino de Sant'Anna Reis

Resumo

Este artigo analisa a situação atual do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, com foco nos interesses brasileiros. O artigo é estruturado em cinco seções, incluindo introdução, um breve histórico das negociações do acordo, o processo de assinatura no governo Bolsonaro, as negociações atuais durante o terceiro mandato de Lula e considerações finais. O artigo leva em conta que o acordo de Associação Birregional é multitemático, sendo a parte relativa ao comércio a mais complicada e que gerou mais desavenças no decorrer dos anos. Atualmente, o acordo passa pelo processo de validação e adesão dos países pertencentes aos blocos para que possa entrar em vigência. Algumas temáticas ainda são disputadas, buscando-se alterações no acordo, como é o caso das questões ambientais e compras governamentais. O certo é que, cada vez mais – e por conta da ascensão da China – a assinatura do acordo se torna mais relevante para os dois blocos.

Abstract

This article analyzes the current situation of the trade agreement between Mercosur and the European Union, with a focus on Brazilian interests. The article is structured in five sections, including an intro-

duction, a brief history of the negotiations of the agreement, the signing process under the Bolsonaro government, the current negotiations during Lula's third term and final considerations. The article takes into account that the Bi-regional Association Agreement is multi-thematic, with the trade part being the most complicated and generating the most disagreements over the years. Currently, the agreement is going through the process of validation and accession by the countries belonging to the blocs so that it can come into force. Some issues are still being disputed and changes are being sought to the agreement, such as environmental issues and government procurement. What is certain is that, increasingly – and due to the rise of China – the signing of the agreement is becoming more important for the two blocs.

Introdução

Em 28 de junho de 2019, o Mercosul e a União Europeia chegaram a um acordo político sobre o pilar comercial do Acordo de Associação Birregional entre os dois blocos. É importante termos em mente que o acordo como um todo não se restringe a um acordo de livre comércio, ele é um acordo de parceria inter-regional que busca estabelecer linhas de interação e cooperação política. O que foi assinado, em 2019, foi a parte relativa ao comércio, esta que ficou mais evidente porque foi a dimensão mais complicada, que gerou mais desavenças no decorrer dos anos.

O acordo é um marco histórico no relacionamento entre os dois blocos, pois unidos compõem 25% do PIB mundial e agrupam um mercado de 780 milhões de pessoas. Este acordo tem como pontos relevantes o comércio de bens, regras de origem, facilitação de comércio, apoio a pequenas e médias empresas, comércio de serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, empresas estatais, solução de controvérsias, comércio e desenvolvimento sustentável, barreiras técnicas ao comércio, setor automotivo e defesa comercial e salvaguardas bilaterais. O Brasil obteve ganhos relevantes nas negociações, com facilidade de acesso de seus produtos agrícolas no mercado europeu e o reconheci-

mento de que alguns produtos como cachaças, queijos, vinhos e cafés são distintivos do Brasil.

O Acordo de Associação Birregional é um instrumento gerador de relações mais substantivas entre as partes. Para os europeus, tem o intuito de transmitir seus valores políticos e econômicos, dentro da dimensão capitalista europeia, uma economia de mercado com preocupações sociais. É uma espécie de “estratégia suave” (ZELICOVICH, 2019, p.704) do bloco europeu para ter seu poder incrementado, se posicionando como bastião do livre comércio.

Esse tipo de acordo já fora assinado anteriormente pela União Europeia com a Comunidade Andina (CAN) e com o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Por ter uma dimensão tão abrangente em diversas temáticas, esse acordo pode ser visto por alguns como uma intromissão externa em assuntos domésticos.

Aqui apresentaremos a situação atual dos avanços e retenções do Acordo de Associação Birregional entre o Mercosul e a União Europeia (UE), levando em consideração, principalmente, a posição brasileira quanto ao acordo e os possíveis entraves existentes para que ele seja aprovado pelos dois blocos. Inicialmente, apresentaremos um breve histórico do desenvolvimento deste acordo, em seguida falaremos sobre o cenário de assinatura e conclusão do pilar comercial do acordo no governo Bolsonaro e, em seguida, desenvolveremos análise sobre as questões atuais em relação ao acordo, já no governo Lula.

Histórico do Acordo de Associação Birregional Mercosul-UE

O acordo marco entre os dois blocos foi assinado em 1995, mas as negociações para a liberalização comercial começaram somente quatro anos depois. Durante vinte anos, as negociações foram interrompidas e retomadas mais de uma vez. Atravessaram mandatos de quatro presidentes brasileiros e coexistiram composições divergentes entre as partes. Se a defesa da Política Agrícola Comum atuou da parte europeia,

o protecionismo de setores da indústria e da área de licitações públicas e compras governamentais foram obstáculos colocados pelo Brasil.

Podemos dividir as fases de negociação em três partes, tendo o ano de 1999 como marco inicial e 2019 como o fechamento: fase 1 de 1999 até 2004, fase 2 de 2010 até 2012 e fase 3 de 2016 até 2019. Na fase 1, temos os textos negociadores e a troca de ofertas de compromissos, momento no qual a União Europeia se posicionava como altamente protecionista no setor agrícola e o Mercosul no setor manufatureiro, serviços e compras públicas. Como é fácil perceber, essas questões permeiam toda a negociação, mas era ainda mais difícil no começo. Nesse momento, havia uma falta de coesão interna do Mercosul, o que prejudicava a conclusão de proposta comum, além de terem ocorrido as crises econômicas do Brasil (1998) e da Argentina (2001), que penalizaram também o bloco já que são as duas maiores economias do MERCOSUL (SALGADO; BRESSAN, 2020).

O período longo de interrupção, entre 2004 e 2010, foi de forte avanço do Mercosul em áreas além do comércio, dentro da lógica do regionalismo pós-liberal. O que avançou, nesse momento, foi o diálogo direto entre o Brasil e a União Europeia, com a assinatura, em 2007, de uma Parceria Estratégica. A fase 2 ocorre após a deflagração da crise econômica de 2008, quando os efeitos dessa crise já eram sentidos por todo o mundo, incluindo países em desenvolvimento, como é o caso dos mercosulinos, com o fim do boom das *commodities*. Nesse momento, a Europa estava mais preocupada em sanar seus problemas internos do que desenvolver parceria externa, assim como no Mercosul, temos a ascensão de Cristina Kirchner na Argentina, que se posicionou como forte barreira protecionista para o avanço das negociações (SALGADO; BRESSAN, 2020).

A última fase acontece em outra conjuntura, totalmente diferente daquela que iniciou o processo. Os países do Mercosul passavam por um processo de ascensão de governos liberais, na Argentina e no Brasil, países chave para o desenrolar do processo negociador com a União Europeia. Foi em meados de 2018, ainda no governo de Michel Temer, que os dois blocos alcançaram entendimento sobre os pilares de política e de cooperação do Acordo de Associação, mas o pilar de comér-

cio só foi concluído no ano seguinte, já no governo de Jair Bolsonaro (SALGADO; BRESSAN, 2020).

Assinatura e entraves no período Bolsonaro

Depois do longo tempo de idas e vindas as negociações avançaram a passos largos durante os governos de Michel Temer e Maurício Macri. Para o governo Macri, era interessante avançar o acordo, já que o país costuma passar por diversas alternâncias de poder, e naquele momento estava no poder um governo liberal, que se adequaria bem às regras liberalizantes do acordo.

Para que o difícil equilíbrio fosse alcançado, no entanto, o governo de Jair Bolsonaro derrubou a última barreira, das licitações públicas e compras governamentais. A retórica a favor do liberalismo era clara desde a época da campanha presidencial de Bolsonaro, sendo a assinatura do acordo um mecanismo de credibilidade para suas propostas, uma confirmação para seus eleitores de que manteria a cartilha apresentada desde 2018. A operação Lava Jato, no Brasil, teve papel relevante nessa questão, pois muitas empresas de infraestrutura brasileiras ficaram fragilizadas com os escândalos que foram amplamente noticiados, fazendo com que não tivessem força para ir contra o acordo.

Devemos lembrar, contudo, que desde as eleições de 2018, Jair Bolsonaro rejeitava o Mercosul, discordando a partir do argumento de que uma instituição estaria cerceando o Brasil de desenvolver acordos bilaterais que seriam mais vantajosos para o país. Além do presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fazia críticas ao bloco até mesmo após serem eleitos, vendo o Mercosul como um espaço ideológico de governos progressistas. Tanto Bolsonaro, quanto Paulo Guedes, afirmaram durante a campanha eleitoral e após as eleições que o Mercosul não era prioridade (SALGADO; BRESSAN, 2020).

A assinatura do acordo não significou, porém, uma melhora nas relações Mercosul-UE e sua ratificação ficou em compasso de espera. Desde 2019, a UE reforçou sua orientação ecológica com o Pacto Verde e

a questão ambiental se tornou o obstáculo para a ratificação do acordo. A fase de revisão sofreu os efeitos das queimadas na Amazônia e o liberalismo do Ministério de Economia esbarrou na falta de tato político do presidente Bolsonaro. Na Argentina, a eleição de Alberto Fernández, de perfil neodesenvolvimentista, levantou dúvidas sobre a conclusão do acordo sem modificações.

Durante esses quase quatro anos, grupos se formaram fazendo oposição à ratificação do acordo. Na Europa, além de parlamentares europeus se posicionarem como oposição, formou-se uma coalizão de organizações não governamentais contra o acordo. No Brasil, embora contando com apoio da classe empresarial em função dos prazos dilatados para implementação das fases do acordo, foi formada uma frente contra o acordo, composta por cerca de 120 ONGs brasileiras, argumentando tratar-se de um acordo no formato Norte/Sul. Muitas dessas ONGs compõem a base de apoiadores do PT e de Lula (NOLTE e SARAIVA, 2021).

Os industriais brasileiros acabaram concordando com as propostas europeias uma vez que o prazo de adaptação é longo, até dez anos, e a indústria brasileira hoje em dia está desatualizada, fora das cadeias de valor e fora do paradigma industrial de ponta, deixando de ser competitiva. Com esse prazo, os industriais brasileiros poderiam ter tempo de se adaptar às novas regras. Além disso, o acordo prevê a constituição de *joint-ventures*, ou seja, de criação de novas empresas com participação europeia e mercosulina, assim como investimentos diretos europeus. Esse formato favoreceria uma atualização das empresas brasileiras, pois aceleraria o processo de transferência tecnológica e aumenta a competitividade da economia.

Após a assinatura do acordo, ele entra em processo de revisão jurídica, conhecido como *legal scrubbing*. Esse processo de validação é demorado e complicado, com todos os parlamentos de todos os países pertencentes aos dois blocos analisando e aprovando o acordo. Enquanto esse processo começou a ocorrer, o governo Bolsonaro passou a demonstrar publicamente que poderia ser desrespeitador de padrões fundamentais para a União Europeia, ou seja, desrespeitar questões democráticas e de

meio ambiente, o que gerou ainda mais dificuldade para que o acordo fosse bem aceito pelos parlamentos dos países europeus.

Em diversos discursos proferidos em espaços multilaterais, como no Fórum Econômico Mundial de Davos, Bolsonaro divulgou informações falsas sobre meio ambiente, como afirmar que o Brasil é quem mais preserva o meio ambiente, dado refutado pelo Índice de Desempenho Ambiental (Environmental Performance Index – EPI), ranking organizado pelas Universidades de Columbia e de Yale¹. Além disso, quando Bolsonaro chegou ao poder, colocou Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, este que extinguiu a Secretaria de Mudança Climática e Florestas.

As diversas críticas que Jair Bolsonaro fez ao Acordo de Paris, com oposição interna forte contra suas ações, geraram receios nos europeus. Em 2020, quando o Acordo de Paris completava 5 anos de existência, o Brasil não foi incluído na lista de países da Cúpula da Ambição Climática porque o governo Bolsonaro tinha modificado a meta da neutralidade na emissão de gases do efeito estufa, apresentando que o país se comprometia a emitir mais gases desse tipo até 2030 do que tinha prometido em 2015². Além do apresentado sobre os gases do efeito estufa, o Brasil também alterou a meta sobre desmatamento em 2020, permitindo um desmate 78% maior em 2025 do que o que fora apresentado em 2015³.

Enquanto o governo Bolsonaro avançava contra o meio ambiente, a Europa ia na direção contrária, criando o Pacto Verde Europeu ou Pacto Ecológico Europeu. O Pacto Verde foi apresentado em 2019 e discutido com o decorrer do tempo dentro das estruturas da União Europeia. Esse Pacto tem como objetivo tornar a União Europeia um

1 SUDRE, Lu. Bolsonaro divulgou informações falsas sobre meio ambiente no discurso em Davos.

2 BARBOSA, Catarina. Acordo de Paris completa cinco anos, e Brasil retrocede nas políticas ambientais.

3 MODELLI, L. e CARVALHO, L. Nova meta do Brasil no Acordo de Paris permite desmate 78% maior em 2025 do que no período anterior a Bolsonaro, aponta estudo.

emissor líquido zero de gases de efeito estufa até 2050, ou seja, fazer com que a Europa seja o primeiro continente com impacto neutro no clima. O Pacto atualmente inclui também determinações sobre energia, buscando uma transição energética limpa e eficiente; oceanos e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas; agricultura e saúde; transportes eficientes, seguros e amigos do meio ambiente; indústria ecológica e digital; investigação e inovação; e financiamento e desenvolvimento regional (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

Em 2021, o Jornal O Globo divulgou uma notícia de que um alto funcionário da União Europeia, envolvido com as questões climáticas, afirmou que o bloco pretendia isolar o Brasil, pois via o país governado por Bolsonaro como não confiável e criador de problemas⁴.

Isto nos mostra que, enquanto a Europa aumenta a exigência do cuidado com o meio ambiente, o Brasil cada vez mais demonstrava que poderia desrespeitar as decisões, e os europeus sabiam disso e se distanciavam de um avanço das negociações do Acordo de Associação Birregional também por esse motivo. As falas do governo Bolsonaro, sendo a favor do liberalismo, mas diminuindo a importância do Mercosul, também são fatores que afastaram os europeus de um avanço no acordo entre os blocos.

Debates e questões atuais no governo Lula

A União Europeia, atualmente, é o segundo parceiro comercial do Mercosul, atrás somente da China, e o Mercosul é o oitavo parceiro comercial do bloco europeu⁵. O Brasil costuma exportar para a União Europeia principalmente soja, café não torrado, farelo de soja e outros

4 FIGUEIREDO, J. e OLIVEIRA, E. Europa planeja isolar Brasil na Cúpula do Clima da ONU para impedir que governo Bolsonaro bloqueie acordo.

5 Mercosul e União Europeia fecham acordo de livre comércio. *Agência Brasil*. 28/06/2019. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/mercosul-e-uniao-europeia-fecham-acordo-de-livre-comercio>.

alimentos para animais, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, minérios de cobre e seus concentrados⁶.

Em relação à importação, o Brasil compra da União Europeia, principalmente, medicamentos e produtos farmacêuticos, óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos (exceto óleos brutos), partes e acessórios dos veículos automotivos e medicamentos veterinários. O país da União Europeia que mais recebe produtos brasileiros são os Países Baixos, devido ao porto de Roterdã ser o maior porto marítimo da Europa e servir como importante ponto de trânsito para o transporte de produtos para todo o continente europeu. O Brasil recebe mais produtos importados advindos da Alemanha⁷.

Com a ascensão de Lula à presidência e seu programa de defesa do meio ambiente, parecia que os obstáculos para a ratificação estariam superados. Lula afirmou no primeiro mês de governo que os entraves ao acordo deveriam ser superados até o final de 2023. Embora ainda não tenha mostrado ganhos significativos na redução do desmatamento, o governo atual recompôs as agências de controle do meio ambiente, e reforçou o combate ao garimpo ilegal. Nos marcos da defesa da democracia, o apoio a sua eleição por chefes de estado e de governo europeus teve um peso relevante para a consolidação do resultado obtido nas urnas.

Na agenda de política externa do Brasil, a ratificação do acordo não aparece com destaque, embora Lula tenha reafirmado recentemente que se empenhará pelo acordo e que faltariam somente pequenos ajustes. Atualmente, está na fase de revisão, e membros da Comissão Europeia dizem que sua conclusão se trata de uma prioridade. Terminar essa etapa apenas com pequenos ajustes no formato do acordo, é superar um obstáculo. A janela de oportunidade que se abriu em 2019 pode se consolidar.

Vale ressaltar que em relação ao meio ambiente, nenhum país atendeu completamente os seus próprios posicionamentos no Acordo de

6 Informações obtidas no site do governo Comex Vis. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

7 VERDÉLIO, A. Mercosul e União Europeia fecham acordo de livre comércio.

Paris, porque as expectativas construídas em 2015 foram muito grandes. Deve-se ressaltar, contudo, que uma coisa é não cumprir porque fez menos do que se tinha de expectativas, outra é ir contra totalmente as decisões expressadas no Acordo.

Em maio de 2023, a União Europeia apresentou uma *side letter* aos mercosulinos, um documento adicional ao acordo de 2019. Neste documento constavam novas exigências, como por exemplo o combate ao desmatamento. A *side letter*, termo adicional proposto pela União Europeia, assim como as falas de representantes do bloco europeu, de que poderiam retaliar os mercosulinos por não cumprirem as determinações sobre meio ambiente que eles próprios apresentaram acabam sendo complexas, já que seguindo o texto apresentado, poderiam punir quem cumpre pouco e quem não cumpre nada. Esse mecanismo pensado pelos europeus é uma maneira deles consolidarem uma garantia de controle da questão ambiental, depois de terem sofrido os descumprimentos do governo Bolsonaro.

No entanto, muitos setores do governo brasileiro veem essa *side letter* como uma ingerência em assuntos internos, uma espécie de controle externo, impróprio para uma parceria. O contra-argumento do governo brasileiro, nas falas do presidente Lula, é que se há a necessidade de alteração em questões ambientais, deve-se também rever as questões de compras governamentais. Essa mudança, no entanto, significaria um regresso grande do acordo, para as discussões levadas adiantes durante o governo de Temer.

O presidente Lula, participando da Cúpula dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Europeia, em julho de 2023, afirmou que o acordo Mercosul-UE “é uma prioridade e deve estar baseada na confiança mútua e não em ameaças”. Ainda durante a sua fala, Lula comenta que os argumentos europeus de defesa do meio ambiente não podem ser usados como desculpa para protecionismo⁸.

8 CNN BRASIL, Conclusão de acordo Mercosul-UE deve estar baseada na confiança e não em ameaças, afirma Lula.

Desde a campanha presidencial, Lula já falava em possíveis mudanças no acordo em área sensível para os europeus, de compras governamentais. O texto do acordo prevê a abertura de licitaes para empresas estrangeiras em condio de igualdade com as empresas nacionais, o que, na atual situao das empresas sul-americanas, demonstra um favorecimento das empresas europeias na disputa das licitaes. A temática das compras governamentais tem sido lembrada constantemente, inclusive na visita que Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, fez ao Brasil em junho de 2023. Nesta viagem, ela afirmou que a eleio de Lula “devolveu o Brasil ao seu lugar entre os principais atores globais”⁹.

Outras dificuldades se fazem sentir. Se na Europa os defensores do protecionismo levantam barreiras, no Brasil, Lula enfrenta a parte de sua base política que se opõe ao acordo¹⁰. Muitas ONGs são historicamente contra o acordo, como citamos anteriormente, e parte significativa dessas ONGs são ligadas ao Partido dos Trabalhadores ou apoiaram a eleio de Lula, hoje exigindo do presidente posicionamento mais firme quanto às intences europeias. Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República, e Mauro Vieira, ministro das Relaes Exteriores, veem com preocupao o acordo, por causa das possíveis sanes.

Por outro lado, Fernando Haddad o ministro da Fazenda, Simone Tebet, ministra do Planejamento, e Jaques Wagner, líder do partido no Senado, veem o acordo como um importante passo para o desenvolvimento econmico do pas¹¹. A bancada ruralista, que inicialmente  a favor do acordo, devido  possibilidade de levar produtos agrícolas para a Europa com maior facilidade, também teme o acordo, devido aos interesses europeus relativos ao meio ambiente delineados na *side letter* de maio deste ano.

9 GOMES, M. ‘A UE voltou ao Brasil’, diz Von der Leyen a Lula.

10 Foi formada uma Frente Brasileira contra o Acordo União Europeia-Mercosul, composta por cerca de 120 ONGs. (Nolte e Saraiva, 2021).

11 Feliciano Guimarães expos preferências de setores governamentais em relao ao acordo na Mesa-Redonda sobre o Acordo Mercosul-União Europeia, organizada pelo CEBRI, 15/05/2023 (virtual).

Se no campo político Lula foi o presidente que mais se aproximou dos europeus com a Parceria Estratégica Brasil-UE, foi também o presidente que interrompeu as negociações do acordo comercial durante a trajetória de suas negociações, e reforçou a defesa de traços do desenvolvimentismo que se chocavam com interesses europeus. Desde os demais sócios do Mercosul, se Lacalle Pou defende fortemente o acordo, Alberto Fernández também sugere ajustes¹².

Durante o segundo semestre de 2023, o governo brasileiro assumirá a presidência temporária do bloco, com foco em aprofundar sua identidade monetária, com fortalecimento do Sistema de Pagamento em Moeda Local do Mercosul (SML), um mecanismo para facilitar o intercâmbio de produtos entre os países sócios do Mercosul, ou até mesmo avançar as discussões sobre uma moeda de conversão comum para o comércio entre os países.

O acordo entre o bloco sul-americano e a União Europeia é outro desafio importante desse mandato brasileiro. Além de ter que enfrentar a tentativa de criar uma posição unificada dos países membros, também existe a ameaça da China, que cada vez mais se aproxima da Argentina e do Uruguai¹³. Ursula von der Leyen já afirmou que a China é um rival sistemático e concorrente econômico do bloco europeu (GRATIUS, 2023). Lacalle Pou, atual presidente uruguaio, tem interesse em fazer um acordo bilateral com a China, o que iria contra as diretrizes do Mercosul.

Neste cenário, temos também uma disputa clara entre os demais países do Mercosul e o Uruguai. O Brasil, a Argentina e o Paraguai se posicionam contra o interesse uruguaio em um acordo com a China, defendendo a necessidade de uma aprovação do bloco, pois afetaria a economia de todos os países, interligados pela Tarifa Externa Comum. O Paraguai tem relações com Taiwan e não com a China e isto faz com

12 Cabe destacar, porém, que Brasil seria o país mais atingido pelas importações desde a EU e, portanto, que vem tomando a dianteira nas conversas sobre a conclusão do acordo.

13 TRUFFI, R. Lula assume presidência do Mercosul com desafio de destravar negociação com a União Europeia.

que o acordo entre o Mercosul e a China não seja possível até que o Paraguai mude a forma como lida com o país asiático. As relações do Paraguai com Taiwan são importantes para o país sul-americano, tendo em vista as grandes importações feitas por esse país de Taiwan.

Além disso, temos fatores conjunturais relevantes que implicam em embates entre os presidentes. Lacalle Pou é um presidente de direita e Lula um presidente de esquerda, discordando, por isso, politicamente sobre a Venezuela. Lula defende o retorno do país bolivariano ao bloco, Pou é contra, compreendendo que acontecem violações dos direitos humanos no país, logo, não é democrático e não pode fazer parte do bloco.

Outro fator relevante para que seja difícil a continuidade das negociações para a aprovação do acordo Mercosul-UE é que Argentina está passando por processo eleitoral esse ano. Em outubro, ocorrerão as eleições presidenciais na Argentina, com uma disputa política bastante polarizada, com a possibilidade de mudança da visão protecionista para retorno da visão liberal. No Paraguai, em abril, Santiago Peña foi eleito, mas só tomará posse em agosto, não participando do início da presidência do Brasil no bloco.

Mantendo o foco nos ganhos brasileiros com o Acordo de Associação Birregional, vale mencionar que alguns itens desse acordo, como as necessárias adequações de questões trabalhistas, financeiras e de justiça, por exemplo, deverão ser implementados pelos mercosulinos, com apoio dos europeus. Como o Brasil tem interesse em participar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizar muitas dessas adequações a padrões europeus é também caminhar para as adequações da OCDE; só que fazendo-as com apoio institucional de um bloco que já coloca essas questões em prática, o que é ainda melhor.

Atualmente, na União Europeia vemos que o acordo é defendido pelos partidos de centro europeus, e aqueles que se posicionam de forma contrária a ele pertencem a grupos de direita ligados ao campo, protecionistas em questões agrárias, e aos grupos da esquerda verde, a favor de medidas mais enérgicas quanto ao meio ambiente.

A presidência da Comissão Europeia será exercida pela Espanha, enquanto o Brasil comanda a presidência do Mercosul, o que é uma possibilidade interessante para avanço das negociações. Historicamente, Alemanha, Espanha e Portugal são os países europeus com mais interesse em acordos e negociações com os países sul-americanos.

Considerações Finais

É provável que críticas sejam feitas ao governo Lula caso até o final deste ano ele não consiga avançar para a finalização do acordo. É notório que o comportamento do governo Bolsonaro fez com que a União Europeia endurecesse as exigências do Acordo de Associação Birregional, dificultando que o governo Lula consiga dar prosseguimento de forma rápida. As exigências existentes atualmente não refletem as exigências de 2019, momento da assinatura do pilar comercial do acordo, e são muito mais severas. Bolsonaro assinou o acordo em 2019, mas não o tornou viável.

De todo modo, para demonstrar a disposição de, de fato, concluir o acordo até o final do ano, o governo brasileiro articulou uma contraproposta a ser encaminhada aos europeus no início de agosto, depois de examinada e referendada pelos demais sócios do Mercosul. Nessa contraproposta, o Mercosul exige dos europeus, para a manutenção da *side letter*, três alterações relativas às compras governamentais que fortaleçam a concorrência das empresas mercosulinas, e brasileiras em particular¹⁴.

Como se trata de um tema polêmico durante toda a trajetória das negociações, é necessário aguardar a resposta europeia para tecer afirmações. Mas o certo é que, cada vez mais – e por conta da ascensão da China – a assinatura do acordo se torna relevante para os dois blocos.

14 Exigência de algum tipo de transferência de tecnologia de empresas europeias vencedoras; aumento para 20% na margem de preço da concorrência para as empresas mercosulinas; e que atenda também empresas mercosulinas de médio e grande porte. OLIVEIRA, E. Brasil vai propor à EU vantagem para firmas brasileiras em licitação.

Referências

BARBOSA, Catarina. Acordo de Paris completa cinco anos, e Brasil retrocede nas políticas ambientais. **Brasil de Fato**. 12/12/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/acordo-de-paris-completa-cinco-anos-e-brasil-retrocede-nas-politicas-ambientais>. Acesso em 18 jul. 2023.

CNN. Conclusão de acordo Mercosul-UE deve estar baseada na confiança e não em ameaças, afirma Lula. **CNN Brasil**. 17/07/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/conclusao-de-acordo-mercosul-ue-deve-estar-baseada-na-confianca-e-nao-em-ameacas-afirma-lula/>. Acesso em 18 jul. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Um Pacto Ecológico Europeu**. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt. Acesso em 18 jul. 2023.

FIGUEIREDO, Janaína; OLIVEIRA, Eliane. Europa planeja isolar Brasil na Cúpula do Clima da ONU para impedir que governo Bolsonaro bloqueie acordo. **O Globo**. 02/10/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/europa-planeja-isolar-brasil-na-cupula-do-clima-da-onu-para-impedir-que-governo-bolsonaro-bloqueie-acordo-25221970>. Acesso em 18 jul. 2023.

GOMES, Marcio. ‘A UE voltou ao Brasil’, diz Von der Leyen a Lula. **Jornal do Brasil**. 12/06/2023. Disponível em: <https://www.jb.com.br/brasil/politica/2023/06/1044315-a-ue-voltou-ao-brasil-diz-von-der-leyen-a-lula.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

GRATIUS, Susanne. La creciente distancia ideacional entre América Latina y la Unión Europea. **Latinoamerica21**. 14/06/2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/es/la-creciente-distancia-ideacional-entre-america-latina-y-la-union-europea/>. Acesso em 18 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Comex Vis. Comex Stat. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

MODELLI, Laís; CARVALHO, Letícia. Nova meta do Brasil no Acordo de Paris permite desmate 78% maior em 2025 do que no período anterior a Bolsonaro, aponta estudo. **G1**. 15/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/15/nova-meta-do-brasil-no-acordo-de-paris-permite-desmate-78percent-maior-em-2025-do-que-no-periodo-anterior-a-bolsonaro-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 18 jul. 2023.

NOLTE, Detlef; SARAIVA, Miriam G. Perspectivas do acordo UE-Mercosul e o papel do Brasil. In **Reavivando e reforçando os diálogos entre Brasil e Europa**. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

OLIVEIRA, E. Brasil vai propor à EU vantagem para firmas brasileiras em licitação. *O Globo*, 20/07/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/20/brasil-vai-propor-a-ue-vantagem-para-firmas-brasileiras-em-licitacao.ghtml>. Acesso em 22 jul 2023.

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. *Revista Neiba*, Cadernos Argentina-Brasil, v. 9, p. 1-22, 2020.

SUDRÉ, Lu. Bolsonaro divulgou informações falsas sobre meio ambiente no discurso em Davos. *Brasil de Fato*. 22/01/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/22/bolsonaro-divulgou-informacoes-falsas-sobre-meio-ambiente-em-seu-discurso-em-davos>. Acesso em 18 jul. 2023.

TRUFFI, Renan. Lula assume presidência do Mercosul com desafio de destravar negociação com a União Europeia. *O Globo*. 03/07/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/lula-assume-presidencia-do-mercosul-com-desafio-de-destravar-negociacao-com-a-uniao-europeia.ghtml>. Acesso em 18 jul. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. Mercosul e União Europeia fecham acordo de livre comércio. *Agência Brasil*. 28/06/2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/mercosul-e-uniao-europeia-fecham-acordo-de-livre-comercio>. Acesso em 18 jul. 2023.

ZELICOVICH, J. Usos estratégicos de las negociaciones comerciales internacionales en un orden de hegemonías en disput a. *Brazilian Journal of Int.* vol. 7, n. 3, pp. 692-717, 2018.

Miriam Gomes Saraiva é professora titular de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ana Paula Reis é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)